

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DE *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL E SUA ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA¹

Arnaldo CORTINA²

- RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve apresentação do contexto histórico em que se deu a produção do texto *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, destacando o aspecto socioeconômico das cidades italianas durante o Renascimento, com o propósito de estabelecer um perfil do homem renascentista. Em seguida, faz uma apresentação da maneira como foi organizado o texto maquiavélico, para destacar dois aspectos: seu caráter de manual, que visa à construção de um saber, e os procedimentos argumentativos e retóricos de seu discurso.
- PALAVRAS-CHAVE: Discurso; texto; enunciação; contexto histórico; narratividade; argumentação.

Introdução

Este trabalho tem como propósito explicitar o processo de organização discursiva do texto *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Como nossa investigação deseja valorizar a dimensão histórica da leitura, nada mais justo que trate, inicialmente, das condições históricas em que se deu a produção do texto maquiavélico.

Num primeiro momento, entendemos que seria importante observar alguns aspectos do Renascimento para poder expressar nossa visão sobre o período histórico em que o texto de Maquiavel foi escrito. Por outro lado, pretendemos abordar a questão da organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento, principalmente o caso de Florença, onde viveu Maquiavel, para, em seguida, traçar um perfil do homem renascentista.

Na segunda parte, trataremos especificamente do texto de *O Príncipe* de Maquiavel destacando três aspectos. Primeiramente, por meio da observação de sua estruturação narrativa, desejamos discutir o valor de "manual" a ele atribuído pela

1 O presente trabalho corresponde a uma parte de um dos capítulos da tese de doutoramento do autor. Ver Cortina, 1994.

2 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

maioria de seus leitores. Num segundo momento, faremos um levantamento dos procedimentos argumentativos de que o enunciador se utiliza para construir seu discurso.

1 O espaço e o sujeito do Renascimento

Neste item pretendemos observar dois aspectos do Renascimento europeu e, mais especificamente, do Renascimento florentino, com o objetivo de estabelecer um panorama histórico a partir do qual tentaremos delimitar a formação ideológica e discursiva do texto maquiavélico para que possamos compreender em que medida esses aspectos interferem no momento da produção e se eles são levados em conta no instante da recepção.

O primeiro aspecto que tentaremos examinar, baseando-nos no trabalho de Larivaille (1988), é o da organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento. Partindo da concepção marxista de que as relações sociais são determinadas pela infra-estrutura econômica e que isso é refletido e refratado pelas formações ideológicas, é que julgamos importante discutir essa primeira questão.

O segundo aspecto que propomos abordar ainda neste item de nosso trabalho consiste em, tomando por base as considerações de Heller (1980), discutir a concepção de homem presente no Renascimento, numa tentativa de procurar compreender o sujeito inscrito em *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel.

1.1 Organização socioeconômica das cidades italianas durante o Renascimento. O caso de Florença

Segundo Larivaille (1988), durante o século XVI ocorre uma grande concentração urbana na Europa. No caso da Península Itálica, embora a população do campo represente entre 75% e 90% da população, crescem as concentrações urbanas, como Veneza, Milão, Roma, Palermo, Messina e Nápoles, que, ao final do século XVI, ultrapassam 200 mil habitantes.

Os antigos feudos vão tomando-se nessa época grandes castelos da aristocracia e a atividade comercial que se vai desenvolvendo nos burgos é responsável pelo êxodo do campo. São as atividades de comércio que atraem os habitantes do campo, pois elas significam a possibilidade de fuga das péssimas condições de vida a que se viam submetidos.

Quer nas regiões onde a aristocracia passa também a viver nas cidades, como em Florença, quer nas outras onde continua isolada em seus castelos no campo, o modo de vida dos trabalhadores depende do desenvolvimento da burguesia mercantil que, quanto mais enriquece, mais "aspira substituir a nobreza ou assimilar-se a ela sem revolucionar as estruturas sociais anteriores" (Larivaille, 1988, p.193).

Em consequência disso, ocorre que, no caso florentino e em várias outras regiões da Itália, a nobreza e a alta burguesia mercantil passam a constituir, de fato, uma única classe dominante, separada do resto da população, segundo Larivaille, "por um abismo econômico, político e cultural, que não pára de crescer" (1988, p.193). Por essa razão também, o autor citado procura mostrar que, diferentemente do que alguns historiadores pretenderam afirmar sobre o período do Renascimento, não acontece nenhum "nivelamento das classes"; pelo contrário, as diferenças continuam grandes, e o que se vai alterando é o modo de relação de trabalho.

Os poderes políticos que constituíam a república florentina durante o Renascimento estavam nas mãos de uma pequena parcela da população. A sociedade de Florença, na verdade, compreendia uma divisão tripartite: uma restrita classe alta, uma também pequena classe média (o povo) e uma imensa classe pauperizada (a plebe). De acordo com Larivaille (1988), segundo os registros de impostos de Florença em 1457, o número de pessoas que nada pagava ou pagava menos de um florim correspondia a 82% da população da cidade. Por outro lado, aqueles que pagavam entre um e dez florins correspondiam a 16% da população e os que pagavam acima de dez florins, 2,13%. Na constituição dos conselhos da república, porém, somente havia participação da restrita classe alta e de parte do que se chamava "povo"; o resto dos habitantes da cidade era completamente alijado de qualquer forma de participação política.

Durante o final do século XV, de acordo com Larivaille, Florença possui 270 oficinas especializadas em lã, 83 em seda e 33 bancos que realizam operações comerciais de câmbio. O comércio da lã e da seda são, portanto, as principais atividades econômicas da cidade e os bancos, uma consequência delas.

Desde a época de Giovanni di Bicci, pai de Cosme de Medici, a família Medici em Florença é dona de uma companhia bastante sólida que realiza várias operações bancárias e comerciais entre as várias regiões da Europa. Com a morte de seu pai, Cosme, no início do século XV, amplia os negócios da empresa, criando duas companhias especializadas na produção de tecidos de lã e uma especializada na produção de seda. Com uma direção extremamente forte de seus negócios, a família Medici consegue assegurar uma inegável posição financeira em sua cidade.

Um golpe nesse patrimônio será dado quando, em consequência de desentendimentos entre Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV, este último retira daquele "não somente o cargo bastante lucrativo de depositário da Câmara Apostólica, mas, o que é muito mais grave, o monopólio do comércio de alume³ pontifical, transferindo-o para os Pazzi, os principais rivais políticos e econômicos dos Medici em Florença, em Roma e em outras praças financeiras européias" (Larivaille, 1988, p.127).

3 "O alume é, desde a Idade Média, um dos elementos fundamentais do sucesso econômico italiano: menos pelas qualidades adstringentes reconhecidas de longa data pelos médicos, ou pela virtude de impedir o apodrecimento de certas matérias animais (de onde o largo uso que se faz dele nos curtumes) do que pela propriedade de fixar os corantes. Utilizado como mordente, ele é considerado na Idade Média e no Renascimento como uma matéria-prima insubstituível para a tintura da lã e da seda ..." (Larivaille, 1988, p.125).

Na verdade, portanto, as contínuas lutas entre as várias regiões da Península Itálica tinham como propósito assegurar os monopólios das diferentes famílias, donas de empresas comerciais e financeiras. A própria Igreja é responsável pela formação do capitalismo bancário já desde o século XIV quando atribui aos banqueiros as incumbências de coleta e administração de suas rendas, que eram provenientes das diversas regiões onde tinha seguidores.

Quando Maquiavel escreve *O Príncipe*, em 1513, é essa a situação político-econômica das diversas cidades-estado da Península Itálica. Seu texto pretende discutir a concepção de um poder centralizador, com o propósito de estabelecer a unificação de toda a península. Dessa forma, estaria criado um Estado forte, capaz de se igualar ao francês e ao espanhol. Como, nessa época, quem detinha o poder político de Florença era Lorenzo II, é para ele que Maquiavel dedica seu trabalho.

1.2 Perfil do homem do Renascimento

Para estabelecermos um perfil do homem renascentista, sem deixar de lado uma posição histórico-marxista, é imprescindível observar o trabalho de Heller (1980) sobre essa questão.

A primeira característica do homem no Renascimento é a alteração da perspectiva pela qual o mundo é observado. Contrariamente àquele homem voltado para o interior, para o isolamento, como ocorre na Idade Média, surge um homem aberto para o mundo, para a realidade, enfim, um homem como ser dinâmico. O que determina essa oposição entre um e outro tipo de homem nas duas diferentes épocas é decorrente da posição religiosa, da fé cristã, que se altera de um para outro momento.

Durante o período da Idade Média, o homem vê em Deus a razão da existência, sua vida na Terra está atada ao pecado que faz parte de seu próprio nascimento. Cristo é o espírito celeste que desce dos céus e se submete ao sacrifício da dor para salvar os homens. Estes, portanto, não devem comprometer-se com as coisas terrenas para poder receber o prêmio da ressurreição e da vida eterna no juízo final. A tradição judaico-cristã domina de tal modo a vida que o homem só consegue enxergar sua pequenez. Para justificar o poder de uns sobre outros, recorre-se às prescrições divinas. O Papa e o rei existem em função dos desígnios de um Deus supremo que tudo vê e tudo determina.

Durante o período do Renascimento, ocorre uma transformação desse quadro e o homem começa a perceber sua dualidade: sua pequenez e também sua grandeza. Para tanto, vale-se da cultura clássica que retoma e transforma, de maneira a adaptá-la a sua tradição cristã. A figura de Cristo é humanizada, deixa de ser uma divindade sofredora e libertadora, para encarnar, segundo as representações de Michelângelo e Tintoretto, o ideal do Rei, do Senhor, do pensador, do homem de bom coração. Com relação ao mito de Maria, passa a existir uma duplicidade, ao mesmo tempo em que

ela é vista como a Rainha do céu inatingível, transforma-se na mãe que teme por seu filho ou, mais simplesmente, no ideal de beleza feminina da época.

Toda essa transformação da perspectiva de visão de si próprio e do mundo irá levar o homem renascentista a assumir uma atitude de indiferença com relação à Igreja. A missa e as procissões perdem seu sentido de culto eminentemente religioso e tornam-se uma convenção. Ocorre, portanto, nesse sentido, o surgimento de um ateísmo prático.

A conseqüência inevitável desse comportamento do homem da Renascença implica, também, um questionamento das noções de bem e mal, associado este último ao pecado. Se a noção de bem e mal é estabelecida pela relação entre o homem, ser inferior, e Deus, superior e absoluto, no momento em que os dois se igualam não pode existir o mesmo conceito do que seja benéfico ou maléfico para o homem. Em decorrência disso também, como é possível dizer que o homem nasce em pecado? Por essa razão é que o sentido da vergonha durante o Renascimento é diferente do da Idade Média.

As causas de toda essa transformação, ou melhor, as causas do próprio Renascimento podem ser encontradas nas novas condições socioeconômicas criadas na Europa. Conforme já demonstramos no item anterior, a concentração de pessoas nos burgos, a alteração das relações comerciais e, conseqüentemente, o estabelecimento de novas relações econômicas, decorrentes da formação de uma nova classe social, a burguesia, serão responsáveis pelo surgimento desse novo homem, dessa noção de individualidade até então desconhecida. É nesse sentido que podemos reconhecer a influência das relações econômicas na linguagem. Principalmente quando observamos os termos com que designamos abstrações, os substantivos abstratos, os adjetivos e certos verbos, ficam mais evidentes essas determinações. As noções de bondade, maldade, vergonha, medo, beleza, feiúra, certo, errado para o homem da Idade Média, por exemplo, não são as mesmas para o do Renascimento. De um para outro período houve uma mudança ideológica, portanto uma mudança discursiva.

Se compararmos ainda esses dois períodos da história poderemos perceber alterações de discurso na ordem do sujeito, do tempo e do espaço. Contrariamente ao "ele", representado pela figura do Deus todo-poderoso, ao "lá", ao "então" presentes no discurso da Idade Média, surge um "eu", um "aqui" e um "agora" no discurso do Renascimento. Naquele, a humanidade era sufocada em função da divindade e o mundo presente e o tempo presente eram negados pela colocação de um outro mundo, num outro tempo em que os homens poderiam viver em liberdade e igualdade (no paraíso celeste); neste, surgia um novo homem, consciente de sua individualidade e voltado para o tempo e o espaço em que estava inserido. A construção do tempo no Renascimento, é bom lembrar, consiste na recuperação da cultura clássica sem, no entanto, negar o momento presente. É nesse sentido que podemos dizer que a cultura clássica se transforma no momento em que se funde com a cultura cristã.

Isso só se tornou possível quando e porque o homem se aventurou em novas descobertas. Com o desenvolvimento da navegação marítima e a descoberta de novos caminhos para as transações comerciais e de câmbio, com o descobrimento de novas culturas até então desconhecidas, como as dos índios americanos e as dos povos africanos, com as novas teorias da física e, principalmente, com as novas teorias da astronomia, que questionavam o fato de a Terra ser o centro do universo (com Copérnico, Galileu Galilei), ocorre uma abertura, um despertar do homem intimidado pela visão teocêntrica da cultura judaico-cristã. É bom ressaltar porém que esse salto não acontece indistintamente para todos, novamente devemos lembrar que esse novo homem é o burguês que se está formando.

Essas questões do sujeito, do tempo e do espaço estão presentes na obra de Maquiavel uma vez que este repete o discurso de sua época, a ideologia de seu tempo. E mesmo porque ele também é um homem do Renascimento. Com relação ao tempo e ao espaço especificamente, podemos perceber que Maquiavel irá defender que todo sujeito que pretende manter-se no poder deve ter uma visão mais clara das condições históricas que condicionam suas atitudes, suas decisões. Segundo ele, nem sempre as mesmas ações surtem os mesmos efeitos em diferentes situações. É preciso que o príncipe tenha capacidade de perceber as condições do lugar e do momento em que desempenhará determinada ação.

Na verdade a questão temporal é fundamental no pensamento de Maquiavel na medida em que irá determinar o modo de ação política a ser adotada pelo governante, no caso, o príncipe. Segundo Heller (1980), Maquiavel foi um grande observador das questões de seu tempo, pois conseguiu perceber o confronto que se estabelecia entre o comportamento ético cristão e a nova ética burguesa que se formava. Ao invés, porém, de bradar contra essa nova ética (a procura do dinheiro a qualquer custo), o autor florentino propôs um programa em forma de alternativas: ou se voltava à velha noção de pólis da Antiguidade e à sua ética comunitária ou se rejeitava tudo isso, aceitando a idéia da monarquia absoluta unificada na Itália e a situação ética que o capitalismo contemporâneo trouxera. Segundo a autora, essa é a chave da polêmica que se estabelece em torno das várias interpretações do pensamento de Maquiavel.⁴

2 Princípios estruturadores de *O Príncipe*

Num primeiro momento, pretendemos discutir a questão da narratividade, presente em *O Príncipe* de Maquiavel, partindo do ponto de vista de que esse texto

4 "... A controvérsia, velha de séculos, e os muitos mal-entendidos que rodearam a figura de Maquiavel decorrem desta maneira de colocar o problema em termos de dois rumos alternativos. É por isso que alguns viram nele *exclusivamente* um advogado da monarquia absoluta e, além disso, o apóstolo de uma ética burguesa cínica, do "maquiavelismo" político, enquanto outros *apenas* viram o republicano e plebeu que (como Rousseau, por exemplo, pensou) tratou o tema d'*O Príncipe* de maneira puramente satírica" (Heller, 1980, p.256).

assume as características de um manual de instruções. Num segundo momento trataremos da sintaxe do nível discursivo, destacando os mecanismos argumentativos utilizados para, em seguida, abordar os recursos da figuratividade presentes no texto.

2.1 O Manual de instrução e a construção do objeto valor

Nosso propósito neste subitem do trabalho consiste em discutir a denominação “manual do poder” que costuma ser atribuída ao texto *O Príncipe*. Essa expressão, “manual do poder”, remete-nos a outra, “manual de instrução”, cujo sentido está implícito na primeira. Desse modo, a obra de Maquiavel corresponde a um “manual de instruções para a conquista e manutenção do poder de um príncipe” e, como tal, constrói-se por meio de uma estrutura característica desse tipo de discurso, que tem por objetivo levar o enunciatário a executar uma *performance* em consequência do que Greimas (1983) chama /saber-fazer/, adquirido por intermédio da revelação do enunciador.

Para podermos abordar essa questão, tomaremos como interlocutora de nosso discurso a obra citada de Greimas (1983), intitulada *La soupe au pistou ou la construction d'un objet de valeur*. O objetivo de Greimas, em seu texto, consiste em analisar e observar a organização narrativa de uma receita de cozinha (A sopa ao pesto),⁵ tomando-a como um discurso programador que visa à construção de um objeto, a sopa, que, na terminologia de sua semiótica, figurativiza um objeto valor, fim último de um programa narrativo (PN). Nesse PN, um sujeito, no caso o destinatário do discurso culinário, está em disjunção com um objeto (a sopa ao pesto) e quer, através das instruções de uma receita, entrar em conjunção com ela. É, portanto, por meio da sucessão de dois enunciados de estado (o que constitui um enunciado do fazer) que se dará a construção do objeto gustativo “sopa ao pesto”, objetivo final do sujeito destinatário.

Segundo Greimas (1983), o enunciatário da receita culinária é modalizado por um /saber-fazer/ na medida em que este é o fim único desse tipo de discurso. Quando, portanto, um sujeito, de posse de uma receita, começa a executá-la, ou então um outro sujeito, quando de posse de um caderninho de instruções, prepara-se para montar seu radiotransmissor, já foram modalizados por um /querer/ e um /dever-fazer/ anterior (como é o caso do percurso de automanipulação, por exemplo).⁶

5 Optamos pela palavra italiana desse vocábulo porque não existe um termo correspondente na língua portuguesa, já que a forma italiana é a mais usada no Brasil. *Pesto* é um condimento típico da cozinha genovesa, um molho preparado com basilicão e alho socados, acrescido de queijo feito com leite de ovelha e azeite (conforme Zingarelli, N. *Il novo* Zingarelli. Bologna: Zanichelli, 1988, p.1385).

6 “Ainda que o texto de receita comporte numerosos elementos de fazer persuasivo, este não constitui a razão decisiva da aceitação do contrato. A aceitação, como assunção do /saber-fazer/, integra-se num PN (programa narrativo) já elaborado, suscitado quer por um /querer-fazer/ – convite endereçado aos amigos, por exemplo –, quer por um /dever-fazer/ – necessidade de alimentar sua família. O destinatário da receita de cozinha é, conseqüentemente, um sujeito já modalizado (S₁) de posse de um programa a realizar. O fazer persuasivo

Nesse aspecto, porém, o texto de Maquiavel difere do denominado discurso programador estudado por Greimas, pois, contrariamente àquele, desenvolve nitidamente um contrato de manipulação em que um sujeito enunciador pretende levar seu enunciatário a /querer/ e a /dever-fazer/ aquilo que ele propõe como verdade.

Esse processo de manipulação pode ser observado em dois momentos da organização do discurso de *O Príncipe*. Em primeiro lugar, no decorrer de todo o texto em função do processo argumentativo por meio do qual se constrói seu discurso, uma vez que o enunciador precisa primeiramente provar ao enunciatário que as idéias que está apresentando sobre as formas de conquista e manutenção do poder são eficientes. Para tanto, apresentará como ilustração fatos ocorridos tanto na Antigüidade Clássica quanto fatos que ocorreram em sua época. No item seguinte, pretendemos discutir mais detidamente esses procedimentos argumentativos em *O Príncipe*, por isso não nos ocupamos disso agora. Só pretendemos ressaltar como esse aspecto diferencia o texto de Maquiavel do texto programador, pois uma receita, por exemplo, não precisa argumentar sua competência, tampouco um livreto que explica como montar um rádio precisa fazê-lo. Conforme mostrou Greimas (1983), o texto da receita culinária não precisa argumentar sua veracidade, uma vez que o sujeito que executará o fazer já está previamente modalizado pelo /querer/ e pelo /dever/.

Em segundo lugar, embora não deixe também de fazer parte do processo argumentativo de *O Príncipe*, há duas situações pontuais que deixam clara a ação do enunciador sobre o enunciatário do discurso. A primeira aparece na carta que Maquiavel escreve a Lorenzo II para lhe dedicar sua obra, a segunda ocorre no último capítulo, o XXVI.

No segundo parágrafo de sua carta ao príncipe Lorenzo, Maquiavel diz o seguinte:

E conquanto julgue indigna esta obra da presença de Vossa Magnificência, não confio menos em que, por sua humanidade, deva ser aceita, considerado que não lhe posso fazer maior presente que *lhe dar a faculdade de poder em tempo muito breve aprender tudo aquilo que, em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos, hei conhecido.* (1987, p.3 – grifos nossos)

Nesse trecho fica explicitado o processo de persuasão, pelo /querer/ e pelo /dever/, que inicia um programa narrativo que oferece ao destinatário um /saber/, por meio do qual ele poderá executar a ação proposta pelo destinador-manipulador. Embora essa manipulação se dê por sedução, pois o destinador destaca a magnanimidade, a superioridade do destinatário em detrimento da “pequenez” da obra com que pretende transmitir-lhe um /saber/, é interessante notar como, por meio de um circunstanciador temporal e outro modal, há, ao mesmo tempo, uma valorização do fazer do destinador: “em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos”.

desempenha um papel secundário, no momento de escolher essa ou aquela receita; além disso ele se situa em um outro nível, o do programa do autor preocupado em fazer vender seu livro de culinária” (Greimas, 1983, p.160).

Do capítulo XXVI destacamos os seguintes trechos:

assim, presentemente, querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora.... Assim, tendo ficado como sem vida, espera a Itália aquele que possa curar as fendas e ponha fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Nápoles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas. Vê-se que ela roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros. ... E não se vê, atualmente, em quem ela possa esperar mais do que na vossa ilustre casa, a qual, com a fortuna e valor, favorecida por Deus e pela Igreja – a cuja frente está agora –, poderá constituir-se cabeça desta redenção. Isso não será muito difícil se vos voltardes ao exame das ações e vida daqueles de quem acima se fez menção. (1987, p.107-8)

Novamente, nesse segundo momento, o destinador manipula o destinatário por sedução, retomando as modalidades do /querer/ e do /dever/. A diferença agora é que o sujeito responsável pela manipulação reporta-se para o que foi anteriormente apresentado: o discurso que propõe mostrar a maneira mais eficaz de conquistar um novo principado e de manter esse poder. No caso anterior, o destinador fazia a promessa de investir o destinatário de um /saber/, agora ele se vale do /saber/ apresentado para, indiretamente, convidar o destinatário a um /fazer/. Assim estará realizada a transformação e cumprido o programa narrativo.

Ao juntar esses dois momentos, o que precede os capítulos da obra (a carta introdução) e o que a encerra (seu capítulo final), perceberemos uma seqüência narrativa que está centralizada na primeira etapa do percurso narrativo canônico: a manipulação. O sujeito não realiza a *performance* porque ela só poderá ocorrer na medida em que o destinatário adquirir a competência, por julgar que o programa de construção do objeto valor /saber/ presente nos 25 primeiros capítulos foi cumprido. Há aqui, portanto, duas narrativas distintas a partir das quais *O Príncipe* é construído: uma no nível da enunciação, outra no nível do enunciado.

O que justifica o fato de o discurso de *O Príncipe* precisar enfatizar o programa de manipulação, diferenciando-se, assim, das várias formas de discursos de instrução, reside no estatuto específico de seu objeto valor. Diferentemente da receita culinária (que pretende fazer que um sujeito-realizador "construa" um determinado prato com o qual alimentará a si próprio e a seus convidados) ou do livreto (que ensina um outro sujeito a construir um aparelho de transmissão de ondas sonoras, como o rádio), o texto maquiavélico pretende convencer seu destinatário de que lhe está apresentando a melhor maneira de conquistar e manter o poder político de um Estado. Ao contrário dos outros tipos de discurso que, partindo do objeto já construído, procuram descrever as etapas para sua reprodução, o texto de Maquiavel atribui a si próprio a tarefa de idealizar um modelo de Estado principesco. Partindo do que existe ou existiu (os governos de sua época e os da Roma antiga), propõe-se criar o "novo".

Retomemos, porém, o texto de Maquiavel, no que se refere, agora, ao enunciado, para observar como se dá o processo narrativo de sua constituição. Antes, porém, apresentamos a seguinte divisão para os 26 capítulos que constituem *O Príncipe*: 1. as diversas formas de principados e o modo através do qual podem ser adquiridos e mantidos –

capítulos I a XI; 2. organização militar do Estado – capítulos XII a XIV; 3. conduta do príncipe – capítulos XV a XIX; 4. assuntos de especial interesse para o príncipe – capítulos XX a XXIII; 5. situação italiana na época de Maquiavel – capítulos XXIV a XXV.⁷

Partindo da observação temática de cada uma das divisões propostas, veremos que elas constituem diferentes modalidades da configuração do objeto valor /saber/. O programa narrativo básico do discurso enunciado nos 25 capítulos de *O Príncipe*, tomado na sua relação com o programa narrativo da manipulação, instaurado pela carta a Lorenzo II e concluído no capítulo XXVI, deve, portanto, oferecer a seu destinatário um saber com o qual ele poderá executar o fazer requerido pelo primeiro programa. Esse saber é, no nível do enunciado, apresentado como fazeres com vistas a dominar ou a manter o poder.

Em primeiro lugar, podemos pensar em duas divisões possíveis para os 25 capítulos que correspondem ao programa de construção do saber. A primeira consiste na apresentação de questões de ordem geral (partes 1, 2, 3 e 4), que corresponderiam à discussão sobre técnicas de conquista e de organização do exército, bem como considerações sobre a melhor forma de o príncipe relacionar-se com o povo, com seus auxiliares, com seus amigos e com seus inimigos. A essas questões, opõe-se uma questão específica (parte 5), concernente às dificuldades que se apresentariam para um príncipe que tencionasse conquistar a Península Itálica para unificá-la numa só nação.

A segunda divisão é responsável pela configuração de dois tipos de saber: de um lado, um saber que preside à escolha, o querer (partes 1 e 2) e, de outro, um saber que preside à ação (partes 3, 4 e 5). No primeiro caso, o destinador, por meio da utilização de diferentes ilustrações que reforçam seus pontos de vista, mostra a seu destinatário as vantagens de escolher conquistar um principado novo e de poder contar com um exército próprio; no segundo, pretende apresentar as ações que o príncipe deve realizar para manter-se no poder.

Além disso, é importante ressaltar o procedimento de organização esquemática empregada pelo enunciador do texto durante a realização dessas cinco partes que constituem o percurso de construção do saber. Esse processo se dá por meio da seleção de tópicos a serem desenvolvidos ora em um só capítulo, ora numa seqüência deles. Para explicar mais claramente como ocorre essa organização mais particular da estrutura discursiva que reveste o esquema narrativo da construção do objeto valor de *O Príncipe*, observaremos a primeira divisão que propusemos.

Ao tratar das diversas formas de principados e o modo por meio do qual podem ser adquiridos e mantidos, o enunciador do texto apresenta, em primeiro lugar, uma oposição entre dois regimes de governo: os principados propriamente ditos e as repúblicas. Esses são os dois ramos de um esquema em que se sustenta toda a

⁷ Excluímos proposadamente o capítulo XXVI dessa quinta parte porque o incluímos no programa narrativo de manipulação do sujeito destinatário que se inicia com a carta e se conclui nesse último capítulo.

proposta da primeira parte de sua obra. Como o autor, porém, se propõe falar apenas dos principados, abandona a proposta de governo republicano, usando como justificativa o fato de já ter abordado esse assunto em outra ocasião.⁸ Estão apresentados aí dois tópicos em função dos quais seriam organizados outros que a eles se subordinariam. Ao eleger tratar dos principados, o narrador determina seu tema central e interrompe o outro, que não será mais abordado.

No momento em que o narrador determinou seu tema principal, começa a descrever os temas secundários que a ele estão ligados. Por esse motivo irá dizer que existem três tipos de principados: os hereditários, os novos e os eclesiásticos. Desses três, o enunciador destacará o segundo tipo, os principados novos, chegando a dividi-los em dois subtipos: os totalmente novos e os mistos. Quando procura descrever os diversos tipos de principados, apresenta sempre ilustrações colhidas da história da Roma antiga ou de sua época. Essas ilustrações, como procuraremos mostrar no item a seguir, fazem parte do processo argumentativo de seu texto.

Se tomarmos a primeira divisão proposta para a obra de Maquiavel como modelo de estrutura discursiva que se repete em todas as demais partes, veremos que elas se organizam na forma do manual de instruções. Quando trata, portanto, dos principados novos, o enunciador faz uma subcategorização: os principados já acostumados à sujeição de um príncipe, que podem ser da mesma província e falantes da mesma língua do príncipe conquistador ou de províncias e línguas diferentes das do conquistador; os principados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade. Para cada um desses subtipos, serão apresentados os meios mais eficazes para que um príncipe possa melhor dominá-los e para que tenha maior estabilidade de sua possessão. A demonstração de cada um desses meios de conquista, novamente, é sempre acompanhada por ilustrações quer da história contemporânea do enunciador, quer do período da Roma antiga.

Toda essa descrição da organização discursiva que reveste o programa narrativo de construção do saber de *O Príncipe* nos parece importante porque nos faz entender que esse texto está montado a partir de operações tanto paradigmáticas quanto sintagmáticas. O aspecto paradigmático pode ser observado pela seleção dos diferentes assuntos apresentados em cada tópico abordado por cada uma das cinco subdivisões. O aspecto sintagmático, por sua vez, corresponde às combinações que o enunciador realiza dos vários tópicos para montar seu discurso.

Mas, afinal, *O Príncipe* pode ou não ser considerado um texto do tipo do manual de instrução? Com relação a esse aspecto, diríamos que o texto de Maquiavel

⁸ No início do capítulo I de *O Príncipe*, Maquiavel diz: "Todos os Estados, todos os domínios que têm havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados" (1987, p. 5). No início do segundo, afirma: "Não tratarei das repúblicas, pois em outros lugares falei a respeito delas" (1987, p. 7). Esse segundo período tem sido motivo de muitas e diferentes interpretações. Uns querem ver nele uma referência à sua outra obra, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, outros insistem em dizer que essa interpretação é errada, pois Maquiavel não havia ainda escrito esse texto, ele o escreveu depois de *O Príncipe*. Esses outros textos então seriam relatórios e trabalhos escritos durante o período em que Maquiavel ocupou o cargo de secretário da República florentina.

corresponde a uma subversão do gênero do manual de instruções, pois, conforme procuramos mostrar anteriormente, foge dos padrões desse tipo de texto. Na verdade podemos dizer que ele é um manual no nível do enunciado, mas não no da enunciação.

Essa distinção pode ser observada quando se verifica, conforme procuramos mostrar, que, no nível da enunciação, o texto destaca a instância da manipulação do esquema narrativo canônico, enquanto, no nível do enunciado, propõe realizar um fazer: a construção de um saber. Essas duas instâncias estão, por outro lado, bastante articuladas entre si e se constituem no suporte argumentativo do discurso maquiavélico. A intenção primeira do destinador é levar seu destinatário a um fazer (tornar-se o príncipe unificador do território italiano). Para tanto, é preciso doar uma competência a esse destinatário porque sem ela não poderá ser realizada a *performance*.

Com esse objetivo o destinador propõe executar um outro percurso narrativo, o da construção do saber que investirá o destinatário da competência necessária para a realização da *performance*; esse é o percurso do manual de instruções. A consequência desse fato é que, no segundo programa, o destinador manipulador e o destinatário correspondem a um mesmo actante (figurativizados pelo enunciador do primeiro programa – Maquiavel), enquanto o destinador julgador do fazer executado pelo sujeito da transformação corresponderá ao destinatário do primeiro programa (Lorenzo II). Isso significa dizer que, para o sujeito destinador conseguir manipular seu destinatário no primeiro programa narrativo, deverá ser sancionado positivamente por ele no segundo.

Em razão do que acabamos de expor, poderíamos ainda fazer uma suposição em relação a *O Príncipe*. Talvez, a peculiaridade de sua construção, que consistiu na subversão do gênero do manual de instrução, tenha sido responsável pela importância que o texto maquiavélico adquiriu ainda durante o Renascimento, destacando-se entre os vários “manuais sobre o poder” dos príncipes, tão comuns naquela época, conforme afirmação de O’Day (1979).

Para tratarmos, mais completamente, a manifestação discursiva do texto maquiavélico é preciso recuperar certos aspectos determinantes desse nível da superfície lingüística do texto. É por essa razão que, no item seguinte, nos propomos a examinar os procedimentos de argumentação em *O Príncipe*, incluindo aí o emprego dos mecanismos retóricos.

2.2 Recursos lingüísticos utilizados na construção do discurso de *O Príncipe*. A argumentação e os recursos retóricos

O Príncipe, conquanto seja visto como um texto filosófico, político, literário, um manual, ou qualquer outra denominação que se pretenda dar a ele, assenta-se sobre uma base temática, valendo-se do modo de organização dissertativo de seu discurso para argumentar seus pontos de vista. Partindo das afirmações de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976), observamos que essa argumentação, que tem por objetivo

estabelecer uma relação de "verdade" entre o discurso e a realidade, organiza-se, no decorrer do texto maquiavélico, por meio de dois procedimentos, o da fundamentação pelo caso particular e o da analogia. O processo de fundamentação pelo caso particular pode ser percebido ao longo do texto quando se constata que o enunciador, para justificar suas afirmações, recorre ao testemunho de fatos históricos da Antigüidade Clássica ou então de sua época. Já a fundamentação analógica é um processo de raciocínio pelo qual o enunciador procura fazer o enunciatário compreender o que ele está pretendendo informar, utilizando-se de procedimentos que caminham desde uma simples comparação até a utilização de um recurso retórico mais elaborado.

Com o propósito de melhor definir nossa proposta de investigação do processo argumentativo do texto maquiavélico, entendemos ser necessário explicitar, de forma mais clara e completa, como Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976) desenvolvem as noções que a eles atribuímos acima. De início é preciso dizer que os autores propõem tratar a questão da argumentação do ponto de vista do discurso filosófico.

Segundo os autores, a fundamentação do real pelo caso particular compreende três diferentes procedimentos argumentativos: o exemplo, a ilustração e o modelo. A argumentação pelo exemplo parte de um caso específico para chegar a uma proposição, é um processo de generalização; a argumentação pela ilustração, ao contrário, parte de uma afirmação (ou uma regra), inicialmente dada, para reforçá-la, é um processo de particularização; a argumentação pelo modelo incita à imitação, isto é, procura levar o sujeito a tomar algo como modelo a ser seguido ou rejeitado quando dele quiser se valer para convencer seu receptor (enunciatário, destinatário, leitor etc.) a respeito da verdade ou da falsidade de um dado fato ou raciocínio.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (p.481) destacam que a diferença entre os dois primeiros tipos de procedimentos argumentativos é importante e significativa, pois a utilização do exemplo e da ilustração revela que o enunciador se vale de diferentes critérios para exprimir seu ponto de vista. Enquanto o exemplo deve ser incontestável, do ponto de vista de sua eficácia como efeito argumentativo, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser mais incerta, embora deva chocar vivamente a imaginação para chamar a atenção. Na verdade, a ilustração é um tipo argumentativo utilizado em razão da ressonância afetiva com a qual procura envolver o sujeito a que se destina.

A partir dessa distinção, os autores destacam determinadas possibilidades de uso da ilustração. Primeiramente é muito comum o emprego da ilustração para facilitar a compreensão de uma regra que apresenta alternativas por meio de um caso de aplicação indiscutível. É possível ainda utilizar esse tipo argumentativo quando se pretende mostrar a importância, o valor de uma regra, recorrendo, para tanto, à ilustração surpreendente, inesperada, fascinante. Se, por outro lado, a ilustração não for utilizada para um desses fins, será considerada inadequada.

Com relação ainda à inadequação da ilustração, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, devem-se observar duas diferentes situações. A primeira, em que ela é fruto da incompreensão, do desconhecimento que o enunciador tem da regra que pretende

ilustrar; em segundo lugar, a ilustração voluntariamente inadequada que pode constituir-se numa forma de ironia. Nesse último caso o enunciador está consciente de que emprega uma estrutura argumentativa que consiste num jogo entre dois discursos: o enunciado e o manifesto; ela é pertinente toda vez que se pretende contestar o valor da regra.

Além do uso dos procedimentos de argumentação ora apresentados, julgamos que é possível aproximar outra característica do discurso de Maquiavel à noção de ilustração forjada, mostrada por Perelman & Olbrechts-Tyteca. Vários são os leitores que acusam o escritor florentino de "falsificar os exemplos" que apresenta em *O Príncipe*. De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca esse é um recurso utilizado toda vez que se pretende estabelecer uma ligação mais direta e incontestável em relação à regra, embora julguem que esse tipo de argumentação aproxima-se mais do modelo, que propriamente da ilustração.⁹

Com relação ao terceiro tipo de argumentação, os autores afirmam que "quando se trata de conduta, um comportamento particular pode, não somente servir para fundar ou para ilustrar uma regra geral, mas também para incitar uma ação que se inspira nele" (1976, p.488). O modelo, então, é criado para valorizar um indivíduo (ou um grupo de indivíduos), um meio ou uma época; esse tipo de argumentação tem por objetivo indicar uma conduta a seguir. Quando um indivíduo é tomado como modelo, colocam-se em evidência determinadas características ou atos, adaptando sua própria imagem ou situação com o propósito de melhor influenciar o enunciatário do discurso. Muito comumente, os seres considerados superiores, como deuses, mitos, têm suas imagens construídas a partir de suas qualidades positivas para que possam servir de modelo a ser seguido, copiado.

Em oposição ao modelo, Perelman & Olbrechts-Tyteca estabelecem a existência do antimodelo criado a partir de um efeito de repulsão. À primeira vista, tudo que foi dito a respeito do modelo pode equivaler ao antimodelo, se se tomar pelo aspecto negativo. Segundo os autores, porém, há um traço importante que distingue um tipo do outro. Enquanto para o modelo o sujeito enunciatário é induzido a copiar uma conduta determinada, no caso do argumento pelo antimodelo, ele é incitado a se distinguir do indivíduo que funciona como antimodelo, sem que se possa inferir dele uma conduta determinada. Somente por referência implícita a um modelo é que uma certa determinação da conduta a ser negada será possível (1976, p.493-4). Em outras palavras, um antimodelo só pode ser construído quando existe um modelo que a ele se oponha.

9 "O autor da *Rhétorique à Herennius* explica por que julga preferível compor ele mesmo os textos que devem ilustrar suas regras de retórica ao invés de tomá-los emprestados, como faziam os gregos, dos grandes escritores. O caso forjado está ligado mais estreitamente à regra que o caso observado; ele indica melhor que o resultado está conforme a regra e em que ela consiste. Entretanto essa garantia é, em parte, ilusória. Os casos forjados são semelhantes a uma experiência montada num laboratório escolar. Mas é possível que ele seja forjado bem mais à maneira de um modelo prestigioso que como aplicação da regra que supôs ilustrar" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1976, p. 487-8).

Em *O Príncipe* de Maquiavel há uma utilização constante da argumentação pela ilustração. Observando o texto todo, é possível encontrar mais de duas dezenas de casos em que determinados enunciados assumidos como regras são ilustrados por fatos particulares. Algumas dessas ilustrações são mais simples e ligeiras, outras, mais minuciosas e longas. Um exemplo do primeiro tipo pode ser encontrado já no capítulo II quando o enunciador, para justificar sua afirmação sobre os principados hereditários – que são mais fáceis de manter pois são afeiçãoados à família de seu príncipe –, cita, logo em seguida, o caso do Duque de Ferrara que resistiu aos ataques dos venezianos em 1484 e aos do Papa Júlio II em 1510, exatamente pelo fato de ser antigo o domínio de sua família naquele Estado.

Um exemplo do caso da argumentação pela ilustração que se estende na narração de detalhes pode ser encontrado no capítulo III, em que o enunciador trata dos principados mistos. Para mostrar como um príncipe atento aos males que podem afligir seu território conquistado procura sempre se antecipar aos acontecimentos para assegurar por mais tempo sua possessão, cita o caso de Luís XII da França, que invadiu e manteve o domínio de várias regiões italianas por bastante tempo. Enquanto o enunciador vai narrando os acontecimentos, analisa as ações corretas e incorretas desenvolvidas por aquele monarca, confirmando e até expandindo a regra inicialmente proposta.

No capítulo VIII, o enunciador estabelece duas formas de conquistar um principado sem o atributo da fortuna ou do mérito. A primeira forma consiste em chegar ao principado pela maldade, por meio de atos de violência e rapacidade; a segunda, em valer-se dos favores de seus conterrâneos, isto é, ser eleito pelo povo. Para ilustrar a primeira forma de conquista propõe mostrar um exemplo da Antigüidade Clássica e outro moderno. A primeira ilustração é a de Agátocles Siciliano, que matou todos os senadores e homens mais ricos de Siracusa para tornar-se rei daquela cidade; a segunda é a de Oliverotto, que, para tornar-se senhor de Fermo, assassinou seu próprio padrasto e todos os homens influentes da cidade durante uma grande festa oferecida em sua homenagem. Para ilustrar a segunda forma de conquista de um principado, pelo favor dos concidadãos, Maquiavel cita o caso de Nábis, príncipe espartano, que só conseguiu suportar o longo assédio do exército romano porque era amigo do povo.

Ao longo de todo o texto, outros casos de ilustração se repetem, utilizando sempre o mesmo esquema. Inicialmente uma afirmação é feita e, em seguida, o enunciador apresenta um fato ocorrido durante o período da Antigüidade Clássica e outro durante sua época, que servem para confirmar o conteúdo de verdade da regra por ele enunciada. O efeito de sentido que as ilustrações de uma mesma regra por meio de fatos do mundo antigo e do moderno criam é o de que a verdade do homem renascentista está na sua relação com o humanismo da Antigüidade Clássica e não no teocentrismo da Idade Média.

O capítulo IV, porém, apresenta um procedimento diferente do predominante na argumentação do discurso de Maquiavel; ele corresponde a um argumento pelo

exemplo e não pela ilustração. No capítulo III, o enunciador vinha mostrando as várias formas de conquista e manutenção de um Estado. Um dos aspectos abordados é a dificuldade que um príncipe pode encontrar para manter um reino recém-conquistado quando este fala uma língua e tem costumes diferentes dos seus. Partindo do caso específico de Alexandre, que conquistou o reino de Dario, mostra como esse problema foi contornado e como ainda, morto este, o povo não se rebelou contra seu sucessor. Na verdade, nesse caso, o enunciador não apresenta uma regra para, em seguida, ilustrá-la; parte de um caso específico para chegar a uma regra.

Ao elaborar sua regra, por outro lado, utiliza-se novamente do recurso da ilustração, pois para justificar o êxito de Alexandre, explica que um Estado em que os ministros do príncipe sejam como que seus servos é mais facilmente mantido do que aquele em que o príncipe deve dividir seu poder com barões. O primeiro tipo é ilustrado através do grão-turco e o segundo, através do reinado da França. O que podemos perceber é uma hierarquização de esquemas argumentativos em que duas ilustrações auxiliam o uso de uma exemplificação.

O terceiro tipo de fundamentação pelo caso particular, a argumentação pelo modelo, também pode ser encontrado no discurso maquiavélico. Essa última modalidade argumentativa aparece no capítulo VII, em que o autor trata "dos principados novos que se conquistam com armas e virtudes de outrem". Nesse capítulo, o enunciador vale-se da figura de César Bórgia (chamado pelo povo duque Valentino, em função do título de duque de Valentinois concedido pelo rei da França) para construir o modelo de príncipe ideal, capaz de cumprir com maior eficácia seu propósito de conquista e manutenção do poder em um Estado. A descrição de suas qualidades realiza-se no decorrer da narrativa de suas ações como conquistador de novos Estados, que demonstra, segundo o autor, extrema habilidade na condução dos negócios de interesse de seu Estado. César Bórgia é amado e temido, duas qualidades que, no entender de Maquiavel, são imprescindíveis a um príncipe.¹⁰

Embora entenda que César Bórgia tenha cometido um grande erro ao apoiar a eleição do Papa Júlio II, que, no passado, tinha sido seu inimigo, não deixa de reconhecer seu grande valor e talento como governador. Segundo Maquiavel, não é possível acreditar completamente que um ex-inimigo não possa, em algum momento, tentar vingar a ofensa sofrida.¹¹ Muitos leitores de Maquiavel costumam dizer que, ao imaginar um príncipe capaz de unificar a Itália, o escritor florentino não tinha em

10 "Nas ações do duque, das quais escolhi as que expus acima, não encontro motivo de censura; parece-me, pelo contrário, que se deve propô-lo como exemplo a todos os que por fortuna e com as armas de outrem ascenderem ao poder. ... Portanto, se julgas necessário, num principado novo, assegurar-te contra os inimigos, conquistar amigos, vencer ou pela força ou pela astúcia, fazer-te amado e temido do povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, extinguir os que podem ou devem ofender, renovar as antigas instituições por novas leis, ser severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, manter amizades dos reis e dos príncipes, de modo que te sejam solícitos no benefício e tementes de ofender-te, repito que não encontrarás melhores exemplos que as ações do duque" (Maquiavel, 1987, p. 32).

11 "Engana-se quem acreditar que nas grandes personagens os novos benefícios fazem esquecer as antigas injúrias. O duque errou, pois, nessa eleição, e foi ele mesmo o causador de sua ruína definitiva" (Maquiavel, 1987, p. 33).

mente outra pessoa que não César Bórgia. Com sua morte, ele passou a ser a referência modelar que deveria ser observada pelo príncipe que estivesse disposto a empreender a formação do Estado italiano, imaginada por Maquiavel.

A argumentação pela fundamentação analógica obedece a um processo de raciocínio lógico em que se relacionam elementos colocados em quatro posições: A está para B assim como C está para D. Os dois primeiros estão colocados no plano horizontal superior e os dois últimos, no inferior. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1976, p.501) propõem chamar tema (*thème*) as unidades A e B, que correspondem à conclusão, isto é, ao verdadeiro sentido a que se pretende chegar quando se utiliza uma analogia, e suporte (*phore*) as unidades C e D, encarregadas de "apoiar o raciocínio", isto é, de funcionar como elemento catalisador que, por um processo de semelhanças, leva o interlocutor a perceber o tema.

Ainda segundo os autores, o tema e o suporte devem estar dispostos numa relação assimétrica, ao mesmo tempo em que devem pertencer a domínios distintos. "Quando os dois elementos que se confrontam pertencem ao mesmo domínio, e podem ser submetidos a uma estrutura comum, a analogia dá lugar a um raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração, tema e suporte fornecem dois casos particulares de uma mesma regra" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, p.502). Pelo fato de existir uma diferença tão específica entre o processo analógico de um lado e o exemplo e a ilustração de outro, os autores consideram que muitas vezes as pessoas se confundem ou deixam flutuar essa distinção.

Para ilustrar, porém, como entendemos o processo analógico exposto pelos autores, citaremos um trecho do discurso maquiavélico que emprega a analogia em sua construção para determinar o tema e o suporte. Observe-se a seguinte passagem que aparece na carta por meio da qual Maquiavel oferece *O Príncipe* para o príncipe Lorenzo de Medici:

Nem quero que se repute presunção o fato de um homem de baixo e ínfimo estado discorrer e regular sobre o governo dos príncipes; pois os que desenham os contornos dos países se colocam na planície para considerar a natureza dos montes, e para considerar a das planícies ascendem aos montes, assim também para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo. (1987, p.3-4)

Como se pode observar, o processo analógico em Maquiavel é bastante complexo, pois no trecho acima reproduzido podemos perceber uma analogia matriz completada por duas analogias secundárias. Começemos a examiná-las, porém, de baixo para cima, isto é, das secundárias para a principal.

Primeiramente diríamos que os dois termos correspondentes ao suporte da primeira analogia seriam "príncipe" e "povo" (termos C e D) que se relacionam simetricamente com seu tema, que pode ser expresso pela oposição entre "superioridade" e "inferioridade" (termos A e B). Obteríamos, assim, o seguinte esquema: o Príncipe está para o Povo, assim como a Superioridade está para a Inferioridade. Obviamente essa analogia, como todas elas, expressa uma posição ideológica do sujeito que a constrói.

Ao lado dessa analogia, porém, podemos perceber uma outra que se estrutura através do suporte “Cartógrafo” e “Mapa” (termos C e D) que reveste o tema “Maquiavel” e “*O Príncipe*” (termos A e B). Nesse sentido obtemos o seguinte esquema: o Cartógrafo está para o Mapa assim como Maquiavel está para *O Príncipe*.

A relação de dependência que se estabelece entre esses dois esquemas nos parece levar a tomar o primeiro como suporte e o segundo como tema de uma relação analógica entre ambos, que designamos como analogia matriz. Assim, o que estaria por baixo de todo esse jogo analógico seria um argumento através do qual o enunciador estaria mostrando-se para seu enunciatário como uma pessoa que conhece tanto o povo, por ser de origem simples (não nobre), quanto as questões do poder, em decorrência de suas experiências à frente do governo de Soderini. Esses precedentes, portanto, torná-lo-iam apto a produzir um “mapa” (*O Príncipe*) que poderia orientar o príncipe nas direções que deveria tomar para alcançar seus propósitos. Essa argumentação é planejada como forma de levar seu destinatário a aceitar um contrato. Nesse sentido, conforme procuramos mostrar no subitem anterior, a carta de Maquiavel a Lorenzo II funciona como o instante em que se instaura o processo de manipulação do destinatário para levá-lo a um fazer. Essa é também a resposta, portanto, ao fato que levantamos no item anterior desse capítulo quando verificamos que em toda edição de *O Príncipe*, tanto em português quanto em francês e italiano, essa carta aparece sempre como uma espécie de introdução do texto maquiavélico. Ela e o capítulo XXVI indicam a narrativização da enunciação a que está interligado, conforme já demonstramos, o discurso enunciado nos 25 capítulos do texto maquiavélico.

A analogia é, conforme pretendemos mostrar acima, um excelente expediente argumentativo, na medida em que, além de permitir a veiculação de um pensamento, chama a atenção para a expressão lingüística por meio da qual ele é manifestado. *O Príncipe* de Maquiavel é um texto conceitual que, além de discutir um tema determinado, ocupa-se também das estratégias discursivas, que são lingüísticas por excelência, para estabelecer sua base proposicional: a força do argumento pela palavra.

Conforme afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (p.535), a analogia é a base sobre a qual se cria a metáfora. Para os autores, esta última consiste numa analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do suporte com um elemento do tema. É nesse sentido que podemos entender que o resultado do esquema argumentativo no trecho da carta que precede *O Príncipe*, anteriormente reproduzido, seria a construção de uma metáfora: a fusão dar-se-ia entre os termos B e D, *O Príncipe* é igual a Mapa.

É possível destacar ainda muitos outros trechos do discurso de *O Príncipe* que fazem uso do recurso argumentativo da analogia. Alguns são simples analogias, outros têm a metáfora como finalidade. Para mostrar alguns, citaremos sempre o texto no original em italiano, pois, muitas vezes, uma tradução pode destruir esses recursos argumentativos, embora, a nosso ver, uma boa tradução seja aquela que preserva o recurso lingüístico de um texto, mesmo que, para isso, precise adaptá-lo à estrutura da língua para a qual o texto está sendo traduzido.

(1) [uno uomo prudente] fare come li arcieri prudenti, a' quali, parendo el loco dove disegnano ferire troppo lontano, e conoscendo fino a quanto va la virtù del loro arco, pongono la mira assai più alta che il loco destinato, non per aggiugnere con la loro freccia a tanta altezza, ma per potere, con lo aiuto di sì alta mira, pervenire al disegno loro. (s.d. p.76)¹²

(2) Dovete, adunque, sapere) como sono dua generazione di combattere: l'uno con le leggi; l'altro con la forza; quel primo è proprio dello uomo, quel secondo è delle bestie: ma perché il primo molte volte non basta, conviene ricorrere al secondo ... Sendo, dunque, uno principe necessitato sapere bene usare la bestia, debbe di quelle pigliare la golpe e il lione; perché il lione non si defende da' lacci, la golpe non si defende da' lupi. Bisogna, adunque, essere golpe a conoscere e lacci, e lione a sbigottire e lupi. (s.d., p.136-7)¹³

(3) E assomiglio quella [la fortuna] a uno di questi fiumi rovinosi, che, quando s'adirano, allagano e piani, ruinano li alberi e li edificii, lievano da questa parte terreno, pongono da quell'altra; ciascuno fugge loro dinanzi, ognuno cede allo impeto loro, senza potervi in alcuna parte obstar. E benché sieno così fatti, no resta però che li uomini, quando sono tempi quieti, non vi potessino fare provvedimenti e con ripari e argini, in modo che, crescendo poi, o egli andrebbero per uno canale, o l'impeto loro non sarebbe né sì licenzioso né sì dannoso. Similmente interviene della fortuna; la quale dimostra la sua potenza dove non è ordinata virtù a resisterle; e quivi volta e sua impeti dove la sa che non sono fatti li argini e li ripari a tenerla. (s.d., p.172-3)¹⁴

Em (1) o enunciador estabelece uma analogia entre o fazer do arqueiro e o do príncipe. Este último deve ser prudente como aquele para alcançar seus objetivos. Da mesma maneira que o arqueiro faz sua mira um pouco acima do alvo a ser atingido, Maquiavel aconselha o príncipe a que procure fazer além do que havia planejado para conseguir, mais seguramente, atingir seu objetivo.

Em (2) ocorrem duas analogias que, interligadas, dão origem a uma terceira. A primeira relaciona o homem e os animais; o primeiro deve combater seguindo leis por ele mesmo estabelecidas, enquanto o segundo só sabe combater usando da força. Poderíamos reduzir a primeira relação analógica à seguinte expressão: o Homem está para a Lei como o Animal está para a Força.

12 "[um homem prudente] procede como os seteiros prudentes que, querendo atingir um ponto muito distante, e conhecendo a capacidade do arco, fazem a mira em altura superior à do ponto visado. Não o fazem, evidentemente, para que a flecha atinja tal altura: valem-se da mira elevada apenas para ferir com segurança o lugar designado muito mais abaixo" (Maquiavel, 1987, p.23).

13 "Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda (...) Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos" (Maquiavel, 1987, p.73).

14 "Comparo-a [a fortuna] a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la" (Maquiavel, 1987, p.103).

A segunda analogia relaciona o leão e a raposa; o primeiro simboliza a força, a segunda, a esperteza. Essa analogia pode ser então reduzida à seguinte expressão: o Leão está para a Força como a Raposa está para a Esperteza.

O resultado desses dois processos analógicos conduz à conclusão de que o homem, para melhor combater, precisa tanto das características próprias da natureza humana quanto da animal. Por outro lado, ao se assemelhar com os animais, adquire tanto a esperteza quanto a força, qualidades essas metaforizadas na figura da raposa e do leão, respectivamente. Nesse sentido, o conselho de Maquiavel consiste em fazer o príncipe perceber que, para poder derrotar o inimigo, necessita ser esperto no uso das leis e destemido no uso da força.¹⁵ Nesse processo argumentativo, a metáfora é o suporte do processo analógico fundamental.

Em (3) o processo argumentativo é o contrário do que ocorre em (2). Agora desenvolve-se uma condensação da analogia dando origem, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, à metáfora; um item do suporte é idêntico a outro do tema. Assim, essa analogia pode ser descrita da seguinte maneira: a Fortuna é tão Violenta quanto um Rio que extravasa em função de uma cheia (A está para B como C está para B).

A metáfora expressa em (3) é ampliada, mais adiante, por uma outra que consiste em relacionar a Itália à fortuna. Nesse sentido, o enunciador estaria construindo seus argumentos, que se formam por meio da utilização retórica da linguagem, para dizer que a Itália está como um rio que extravasou na cheia, correndo sem rumo, sem direção. É preciso que um príncipe proponha a construção de diques para canalizar suas águas, reorganizando, assim, o Estado italiano.

Outro recurso retórico que vem ampliar a eficácia argumentativa do discurso de *O Príncipe* é o quiasmo. Em determinadas passagens certas analogias ou metáforas são reforçadas por mais esse expediente. Isso pode ser claramente observado nos seguintes trechos de seu texto:

(4) *E interviene di questa come dicono e fisici dello etico, che, nel principio del suo male, è facile a curare e difficile a conoscere, ma, nel progresso del tempo, non l'avendo in principio conosciuta né medicata, diventa facile a conoscere e difficile a curare.* (s.d., p.65).¹⁶

(5) *E principali fondamenti che abbino tutti li stati, così nuovi come vecchi o misti, sono le buone legge e le buone arme. E perché e' non può essere buone legge dove non sono buone arme, e dove sono buone arme conviene sieno buone legge, io lascerò indrieto el ragionare delle legge e parlerò delle arme* (Machiavelli, s.d., p.110).¹⁷

15 É possível observar que essas analogias utilizadas por Maquiavel não são originais. Esopo e Fedro, em suas fábulas, já haviam relacionado o leão à força e a raposa à astúcia. Os fabulistas inclusive mostram como, em determinadas situações, vale mais a esperteza que a força.

16 "Da tísica dizem os médicos que, a princípio, é fácil de curar e difícil de conhecer, mas com o correr dos tempos, se não foi reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar" (Maquiavel, 1987, p.12).

17 "E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas" (Maquiavel, 1987, p.49).

Os recursos retóricos, tais como a metáfora e o quiasmo, fazem parte do esquema argumentativo do texto de Maquiavel, na medida em que são responsáveis pelo estabelecimento de determinados efeitos de sentido. A metáfora, que consiste num processo de condensação analógica, é responsável pelo reforço, expresso no enunciado, de uma determinada característica que está na intersecção do termo substituidor com o substituído. Assim, dizer que a fortuna é um rio que extravasou na cheia e desce destruindo tudo que encontra pela frente é uma maneira de destacar, de enfatizar a idéia de que a fortuna é algo que não pode ser controlado e que pode causar sérios danos. Por meio da utilização desse recurso retórico, o enunciado ganha força argumentativa porque traveste de uma imagem o conceito que pretende transmitir para o enunciatário. Isso é uma prova também de que os recursos retóricos nunca têm a função ingênua de "adornar" um texto.

O quiasmo, como pretendemos demonstrar, é um procedimento argumentativo que, por sua característica de cruzamento de termos no enunciado, tem como efeito de sentido reforçar um contraste expresso no plano do conteúdo.

Em (4), por exemplo, o enunciador parte de uma espécie de ditado, isto é, de um pensamento que tem a forma de verdade consensual: "um mal deve ser eliminado logo no seu início, porque, depois de propagado, tal empresa pode tornar-se impossível". Ao invés de dizer com essas palavras, porém, seu discurso vai se valer de uma construção lingüística específica (o quiasmo) para enfatizar como é importante que um príncipe seja prudente nas suas ações. Primeiramente, por meio de um processo analógico, elege como modelo de mal a "tísica", para, em seguida, jogar com os valores "facilidade" e "dificuldade" de curar e perceber, em diferentes momentos no tempo: "no início é fácil curar, mas difícil perceber; com o tempo, fácil perceber, mas difícil curar".

Da mesma forma, em (5), para destacar a importância das armas em um Estado, o enunciador a contrapõe às leis para construir o quiasmo: "só existem boas leis onde há boas armas e onde há boas armas é necessário que existam boas leis".

Conclusão

Para perseguir nosso objetivo principal, que consistiu em explicitar certos processos de organização discursiva de um texto escrito, elaboramos este trabalho com dois propósitos.

Em primeiro lugar, pretendemos apresentar um panorama histórico em que se deu a construção do discurso de *O Príncipe*, porque acreditamos que todo texto reflete, de uma forma mais ou menos intensa, as formações discursivas que correspondem às formações ideológicas dominantes no ambiente cultural de que ele é fruto. Essa posição, portanto, leva em consideração a dimensão sócio-histórica das condições de produção do texto.

Em segundo lugar, este trabalho propôs verificar os mecanismos discursivos, a maneira como é elaborada a organização narrativa do texto maquiavélico para a

produção do "manual" e os recursos argumentativos utilizados para a construção de seu discurso.

Do ponto de vista da evolução do pensamento ocidental, *O Príncipe* representa um dos ideais básicos do Renascimento, isto é, a recuperação do pensamento pagão da Antigüidade Clássica que está centrada no homem, capaz até de humanizar suas divindades. Isso pode ser constatado por meio da proposta que Maquiavel faz em seu texto da fundação de um Estado cujo dirigente tenha um poder que não deve submeter-se ao da Igreja. Isso não significa, porém, que ele negue os dogmas da Igreja Católica; apenas defende que o príncipe, para conduzir com autonomia seus objetivos, não pode submeter-se a nenhum outro poder maior. A religião deveria cumprir o papel de disciplinadora do indivíduo.

Do ponto de vista da sua organização textual, *O Príncipe* apresenta-se na forma de um manual de instrução que tem por objetivo fornecer a seu enunciatário um saber para que este realize um fazer. Diferentemente, porém, dos manuais comuns, como uma receita de cozinha ou um texto que ensine como construir determinado aparelho, por exemplo, o discurso maquiavélico precisa construir seu objeto cognitivo (o saber) para convencer seu enunciatário de que ele diz uma verdade. Para tanto desenvolve um processo argumentativo bastante simples que consiste na apresentação de uma série de ilustrações para confirmar suas proposições. Sua estrutura, portanto, é a de um texto do tipo não-literário de caráter dissertativo.

Uma última consideração que podemos fazer nesta conclusão refere-se a uma possibilidade de abordagem que não chegamos a desenvolver aqui, mas que, futuramente, tencionamos realizar. Segundo Mainqueneau (1989), o processo de constituição de um discurso é sempre heterogêneo, isto é, todo discurso constrói-se em oposição a outro. O caminho a trilhar partiria de um levantamento das características do discurso da Idade Média para, em seguida, contrapô-las às de *O Príncipe*. Por meio do exame da heterogeneidade constitutiva do discurso acreditamos que estaria mais bem estabelecido o elo entre o aspecto lingüístico e o histórico na perspectiva da análise do discurso.

CORTINA, A. The historic conditions of generation of *The Prince* by Niccolò Machiavelli and its discursive organization. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.87-109, 1995.

- **ABSTRACT:** *The aim of this essay is to briefly present the historic context in which Niccolò Machiavelli's "The Prince" was produced. The socio-economic aspect of the Italian cities during Renaissance was focused, in order to establish a profile of the Renaissance person. Then, the organization of Machiavelli's text is presented, stressing two aspects: its characterization as a manual, aiming the construction of a knowledge, and the argumentative and rhetoric procedures of its discourse.*
- **KEYWORDS:** *Discourse; text; enunciation; historic context; narrativity, argumentation.*

Referências bibliográficas

- 1 BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991. (Coleção Filosofia, 19).
- 2 CORTINA, A. *Leitura como processo de compreensão e de interpretação*. "O Príncipe" e seus leitores. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Letras – Área de Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 3 GREIMAS, A. J. La soupe au pistou ou la construction d'un objet de valeur. In: _____, *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Du Seuil, 1983. p.103-13.
- 4 HELLER, A. *O homem do renascimento*. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- 5 LARIVAILLE, P. *A Itália no tempo de Maquiavel*: Florença e Roma. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 6 LEFORT, C. *As formas da história*: ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- 7 MACHIAVELLI, N. De principatibus. In: *Opere politiche*. Firenze: Le Monnier, s.d.
- 8 MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, Editora Unicamp, 1989.
- 9 MAQUIAVEL, N. *O príncipe e escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- 10 O'DAY, R. Guia de estudo. Trad. Maria José da Costa F. M. M. Mendes. In: MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p.11-33. (Curso de Introdução à Ciência Política).
- 11 PERELMAN, Ch., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. 3.ed. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1976.